
CAIBATÉ – RS: IMIGRAÇÃO E MISSIONEIRISMO

CAIBATÉ – RS: IMMIGRATION AND MISSIONEIRISMO

Mauro Marx Wesz¹

Mestrando do PPG em História na UFSM
maurowesz@hotmail.com

RESUMO: Nossa proposta é compreender o processo de desenvolvimento e de mudanças no espaço que conhecemos atualmente como município de Caibaté-RS. Pretendemos, dessa forma, entender a dinâmica de povoamento dos territórios nessa região, levando em consideração as peculiaridades dos diversos grupos sociais, particularmente os imigrantes europeus que buscaram principalmente através da posse da terra, formas de crescimento econômico. Este processo de ocupação da chamada “Colônia Rondinha”, que posteriormente foi denominada Vila Santa Lúcia e por fim Caibaté em 1960. Procuramos a compreensão do processo inicial de desenvolvimento deste espaço, e contribuir, para diminuir a escassa produção da história local. Portanto, é a história das origens do município de Caibaté, das pessoas que ali vivem, criam raízes, e povoaram uma região cuja proximidade com as Ruínas de São Miguel das Missões a torna bastante peculiar, sendo este elemento vastamente usado pela Igreja naquele contexto de uma sociedade que estava aos poucos se formando.

PALAVRAS-CHAVE: Missioneirismo. Imigração europeia no Rio Grande do Sul. Identidades.

ABSTRACT: Our proposal is to understand the process of development and changes in space we know today as the city of Caibaté - RS. We intend, therefore, to understand the dynamics of population of the territories in the region, taking into account the peculiarities of different social groups, particularly European immigrants who sought mainly through land ownership ways of economic growth. This process of occupation of the “Cologne Rondinha” which was later called Vila Saint Lucia and finally Caibaté in 1960 with its emancipation. We seek to understand the initial process of development of this area, and contribute to decrease the production of scarce local history. So is the story of the origins of the city of Caibaté, the people who live there, take root, and populated a region whose proximity to the ruins of São Miguel das Missions makes it very peculiar, this element being widely used by the Church in that context a society that was slowly forming.

KEYWORDS: Missioneirism. European Immigration in Rio Grande do Sul. Identities.

¹ Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria; Mestrando do PPG em História na Universidade Federal de Santa Maria.

Caibaté: várias narrativas de um mesmo lugar

Pesquisar o passado histórico de Caibaté é muito instigante e nos provoca a repensar como se processam as construções históricas, expressas em diferentes narrativas sobre as origens do município. Uma constatação inicial é muito pertinente, pois o próprio poder municipal criou um slogan que identifica Caibaté como “Coração das Missões”, que passou a ser cada vez mais usado com o passar do tempo. O “coração” é uma simbologia que faz alusão ao posicionamento geográfico deste município na região das Missões, mas também ao coração do Padre Roque Gonzalez de Santa Cruz e a crença de que seu coração permaneceu pulsante mesmo após a morte.

Mas este universo simbólico tem outros desdobramentos, já que Caibaté é um lugar que possui muitas representações do seu próprio passado. O nome advém de um passado imaginado, cujo próprio significado (*Caibaté* = mato alto com muitas frutas), guarda no imaginário coletivo e popular dos caibateenses eventos imemoráveis, que se reportam o tempo dos padres jesuítas, pois está na boca da população a crendice de que a localidade é um *mato alto onde prosperam muitas frutas* como laranjas, mangas, uvas, melancias, devido a agricultura familiar do local. Mas quem são os guardiões do local? As pessoas que lá vivem dizem que são os santos mártires – Roque, Afonso e Juan – os quais protegem a localidade contra os fenômenos da natureza, entre eles raios, chuvas fortes e ventanias violentas, bem como, colheitas exitosas, ou seja, a terra teria a proteção dos santos mártires, portanto, abençoada pelos mesmos. Mas o interessante é que quem guarda essa memória – a crendice – são os descendentes de imigrantes que por lá se estabeleceram a partir de 1920. Mas afinal, qual é a herança em Caibaté: missioneira ou imigrante?

Caibaté é um município situado na região das Missões do Rio Grande do Sul – Brasil possui atualmente 4.954 mil habitantes². Suas dimensões geográficas contemplam o Santuário do Caaró, distante cerca de 12 km do centro da cidade, é neste local que se celebra a memória do martírio de três padres jesuítas, assassinados num episódio de revolta indígena frente à

² Segundo dados do IBGE/2010.

evangelização cristã, em 1628. Roque Gonzalez de Santa Cruz, Afonso Rodrigues e Juan de Castillo. Os mesmos foram beatificados pela Igreja Católica no final do século XX.

As referências de Caibaté se misturam às da romaria, que ocorre desde 1933, movimento de devotos em peregrinação religiosa ao santuário do Caaró, quer seja para pagar promessas, agradecer ou pedir bênçãos. Esse movimento popular revela a devoção do povo católico e a sua veneração aos três santos “mártires”. O evento acontece há 80 anos (1933-2013) demonstra a forte presença católica na região e contribui tanto para o turismo religioso, quanto para o aprofundamento do missionarismo, afinal, o martírio, a fé, a devoção, alimentam e movimentam a identidade missioneira e revivificam as lembranças do passado histórico na atualidade. O movimento dos peregrinos atualiza a todo instante um passado distante de mais de trezentos anos e confere ao local um lugar de memória do sagrado e a construção de um dos mitos fundadores do Rio Grande do Sul. Desde que a romaria foi instituída tem atraído centenas de milhares de romeiros de diferentes lugares da América Latina.

No entanto, convém destacar que os festeiros da romaria – aqueles que a organizam, planejam e executam – são em sua maioria moradores das vizinhanças do santuário do Caaró, particularmente os habitantes de Caibaté. A maioria desses festeiros são descendentes de imigrantes europeus, que começaram a chegar na localidade no começo do século XX. A imigração européia tem seu marco referencial a partir da chegada de alemães em 1825 na antiga Província do Rio Grande de São Pedro e ao longo do século XIX sucessivas levas de imigrantes construíram áreas de colonização voltadas à agricultura familiar.

Dos vários aspectos que chamam a atenção nesta região que analisamos é a presença de descendentes de imigrantes provenientes de outras partes do estado, e também colonos brasileiros já instalados no local, geralmente agregados de grandes estancieiros, caracterizando Caibaté como uma colônia mista de imigração europeia. Perceber esses grupos sociais na região noroeste do Rio Grande do Sul e sua dinamicidade a fim de tornar o local produtivo, e ainda as características culturais assumidas por esses variados grupos, encontra-se dentre as propostas de discussão deste artigo.

Caibaté foi povoada de forma significativa somente a partir da década de 1920, batizada e denominada pelos imigrantes de Colônia Rondinha, que pertencia ao município de

São Luiz Gonzaga.³ O incentivo à imigração na região ocorreu devido ao baixo valor da terra, que garantiu as primeiras formas de organização da economia familiar e a intensa mobilidade proveniente de outras colônias, tanto das denominadas velhas colônias, estabelecidas no decorrer do século XIX, quanto às recém criadas. Conforme esclarece Both:

É avultado o número de imigrantes que entraram no Rio Grande do Sul no período que se estende entre os anos de 1889 a 1925. A grande maioria dos recém-chegados dirigia-se para a região florestal e, além deles, também havia o grande número dos descendentes de colonos oriundos das colônias velhas, os quais se encaminhavam para cima da serra em busca de novas terras. (BOTH, 2011, p. 64)

As narrativas produzidas pelos historiadores sobre a formação e organização do núcleo colonial de Rondinha – origens de Caibaté – apesar de escassas, dão conta apenas da constatação da presença dos colonos e o quanto foram “desbravadores” das terras inóspitas do sertão rio-grandense, não recuperam as trajetórias dessas famílias e muito menos sua origem, quer no Rio Grande do Sul ou para além dele. O sentido de escrever a história e rever os fatos se resumem a ratificar o sentimento de gratidão para com os imigrantes colonizadores desbravadores, que heroicamente derrubaram a mata virgem, enfrentaram as feras e construíram as bases de uma civilização, numa imagem de autentica epopéia imigrante. Um desses exemplos de narrativa está na obra “Apostila de Pesquisa sobre a História de Caibaté” de Irene Hoffman e Sonia Ten Caten (Caibaté, SMED, 1991). O material organizado por essas autoras tratam de situar o município de Caibaté na 324ª microrregião, denominada de “Colonial das Missões”.

Este estudo percebeu que a primeira atividade produtiva desenvolvida no espaço que estamos tratando foi a pecuária, já que os povoadores da região ainda anteriores às levas migratórias eram de origem lusitana, e assim dedicavam-se à criação de gado bovino como era corrente naquele momento. Permeando estes escritos, há sempre a dicotomia entre a agricultura praticada pelos colonos brasileiros e pelos descendentes de imigrantes europeus de origem não ibérica. Em poucos momentos a presença, ou a inexistência de elementos

³ A antiga Vila de São Luiz Gonzaga foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto n. 477, de 12/03/1902. A Vila Santa Lúcia (ex Colônia Rondinha) passou a ser distrito de São Luiz Gonzaga através do Ato Municipal n. 128, de 31/12/1926. Finalmente, a Vila Santa Lúcia passou a ser designada de Caibaté pelo Decreto Lei n. 720, de 29/12/1944.

indígenas é mencionada. É nesse sentido de mapear os indivíduos que possuíam terras na região, que as autoras escrevem sobre o antigo proprietário de todo o espaço que abriga hoje os municípios de Caibaté e Mato Queimado:

O dono de toda área de mata correspondente ao município de Caibaté, pertenceu ao senhor Joaquim Gomes Pinheiro Machado. Essa foi, portanto a primeira área povoada dentro dos limites do município; vê-se então a exclusividade de uma população de origem tipicamente lusa, dedicada à pecuária. Em 1923, por ocasião da Revolução, falece o senhor Joaquim Gomes Pinheiro Machado, deixando a seus herdeiros esta área. Os herdeiros por sua vez, em 1919, venderam suas partes por intermédio dos procuradores-colonizadores: Henrique Leopoldo Seffrin, Antônio Teodoro Cardoso, José Gallas, que dividiram as terras em lotes coloniais de 20 a 30 hectares. Estes lotes foram adquiridos por colonos na sua maioria de origem alemã. Muito vinham de Serro Azul (atual Cerro Largo) e alguns vinham diretamente das “Colônias Velhas”. Com a venda destas terras foram locadas duas áreas urbanas: Santa Lúcia (atual Caibaté) e Mato Queimado. (HOFFMANN, 1991, p.6)

Essa narrativa assume o papel de ser a porta voz da História Oficial (ou oficiosa) do município e somente dez anos após Charlei Willers produziu outra narrativa, reconhecendo as dificuldades de escrever a história do lugar, devido as migalhas das fontes, bem como as raras bases historiográficas para consulta, redundando em monografia de conclusão do curso de História na Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI), em 2004. Texto inédito não publicado. O foco de Willers é as alterações dos nomes de Caibaté desde quando era Colônia Rondinha (colônia mista) até município de Caibaté, em 1944. Trata-se de um trabalho importante do ofício do historiador em recuperar o passado recente de uma comunidade que possui poucos sinais sobre o seu passado histórico.

Na pesquisa Willers explica a razão de aquele espaço ser conhecido por “Rondinha”, região que hoje pertence ao município de Mato Queimado:

Distante cerca de 8.600 metros da atual sede de Caibaté, ainda existe a Vila Rondinha, que segundo moradores locais, o nome surgiu na época das tropeadas. Nesta localidade os tropeiros montavam acampamento nas proximidades da antiga Casa Branca (funcionava como escola primária na época), situada entre dois lajeados (sem nome). (...) A área correspondente á zona urbana do município de Caibaté, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães, com o passar do tempo passou a chamar-se Colônia Rondinha. (WILLERS, 2004, p. 30)

As ideias que permeiam estes estudos levam em consideração principalmente a produção econômica que vigorava entre os descendentes de imigrantes e os colonos brasileiros, realizando esta diferenciação o tempo todo. Também predomina a identificação dos proprietários dos lotes anteriores à aquisição dos descendentes de imigrantes e ainda as origens dos nomes oficiais que predominam no local. Essas análises reforçam o caráter de sentimento de gratidão para com o passado e principalmente ressaltando as proezas dos primeiros desbravadores da região. Dessa forma, os poucos exemplares de produção histórica não investem numa pesquisa que aprofunde o debate sobre o papel e os significados do processo de imigração e colonização do local, reservando aos trabalhadores apenas o papel de coadjuvantes, sem sequer tratar dos processos anteriores a chegada dos imigrantes, quando a região se constituía em extensas áreas de criação de gado de base escravista, portanto, os afrodescendentes e as populações indígenas, acrescidas dos pequenos lavradores livres, estão simplesmente ocultos nessas narrativas.

Tendo em vista que pretendemos compreender a trajetória histórica de uma colônia criada após a instauração do regime político republicano no Brasil através do golpe militar de 15 de novembro de 1889, devemos entender melhor as mudanças de postura e orientação do governo brasileiro para com o projeto de imigração e colonização. Márcio Antônio Both (2011) em *“Babel do Novo Mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)”* demonstra com muita clareza elementos peculiares e que diferenciam essa região de outras do Rio Grande do Sul. A delimitação de sua análise situando-se no período republicano muito tem a contribuir para esse contexto que almejamos compreender, é nesse sentido que o autor coloca:

Embora muito dos projetos políticos de colonização e povoamento do governo republicano tenham herdado características e concepções do período imperial, a partir da República, novos elementos são introduzidos nas políticas públicas relacionadas à agricultura, à imigração, ao controle sobre as terras devolutas e à constituição de um tipo de agricultor ideal. A criação, pelo Governo Federal, em 1909, do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC) e, em 1910, do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/NTN), são exemplos disso. Já em termos locais, entre 1907/1908, acontece a estruturação da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) a qual, no Rio Grande do Sul, foi responsável

por gerenciar os temas relacionados à questão indígena, à agricultura e à colonização. (BOTH, 2011, p.41)

Outro elemento muito interessante apontado é o próprio termo usado no título: “*Babel do Novo Mundo*”, que vai ao encontro da própria ideia de colônia mista, que mencionamos anteriormente. Refiro-me à existência nesta região de diversas nacionalidades, sem a comum exclusividade germânica. Essa expressão, segundo o autor, foi usada por um padre polonês chamado Antoni Cuber “originário da Silésia e primeiro vigário da Colônia Ijuí, em suas memórias descreve-a como Babel do Novo Mundo (...)”. O autor enfatiza esse aspecto diante de sua proposta de também perceber os conflitos gerados pela apropriação da terra. Assim, um dos motivadores dessas tensões foi a política governamental que criava núcleos populacionais etnicamente heterogêneos, e não raramente colocava em contato populações que em suas regiões origem na Europa, eram “inimigas”.

Esta questão demonstra-se pertinente, pois mesmo na Colônia Rondinha, e posteriormente na Vila Santa Lúcia, não havia o predomínio somente de descendentes alemães, por se tratar de uma colônia de mista, de imigrantes oriundos de diferentes lugares da Europa. Num rápido levantamento percebemos na região noroeste, descendentes de italianos, poloneses e até mesmo húngaros.

Para frisar ainda mais as características assumidas pela imigração já na época da República, Arlinda Rocha Nogueira e Lucy Hutter (1975) assim definem esse momento:

Pela carta Constitucional de 24 de fevereiro de 1891 o Governo Federal transferiu o domínio das terras públicas aos Governos Estaduais. Passou, assim, o Estado do Rio Grande do Sul a responsabilizar-se totalmente pela colonização, iniciando nova fase pela zona a noroeste do Estado, região onde foram fundadas as colônias de Guarani e Ijuí. Mais tarde, a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, passando pelo município de Passo Fundo, deu novo impulso à colonização dessa zona. Foi criada então a colônia de Erechim, que teve desenvolvimento rápido, tanto assim que, em apenas dez anos, foi elevada a município. (NOGUEIRA, HUTTER, 1975, p. 156)

Por fim, com relação às alterações no povoamento desta região, resultantes deste processo de colonização podemos nos valer novamente da análise de Both:

(...) Por esta justaposição das duas malhas, fica visível o quanto os espaços de colonização sofreram, ao longo do século XX, um intenso processo de divisões e subdivisões, enquanto no sul, alguns municípios – Alegrete, por exemplo – continuam atualmente com a mesma dimensão que tinham no início do século passado. Grande parte dos municípios criados da região de matas são originárias de colônias públicas e privadas. No espaço que, em 1900, situavam-se Cruz Alta, Passo Fundo, Santo Ângelo e Palmeira das Missões, foram fundados, desde 1912 até o ano de 2009, em torno de 170 municípios, sendo alguns originários de linhas coloniais que, inicialmente, eram as divisões tradicionais dadas às colônias. (BOTH, 2011, p. 47)

Conforme o levantamento bibliográfico realizado, a constatação de poucos estudos tematizando este processo da constituição de uma colônia mista e interação de diferentes grupos sociais tornaram-se óbvios. Propomo-nos agora estudar a memória de alguns imigrantes, que viveram na ex-colônia Rondinha, ex-vila Santa Lúcia e no município da Caibaté, recuperando as suas lembranças sobre o passado histórico, que geralmente as análises historiográficas da localidade não deram a devida atenção.

Convém destacar que os nossos entrevistados, todos de origem imigrante, rememoram a formação da comunidade, porém, parecem não reconhecer a presença e a importância dos seus antepassados nessa formação. Talvez e já problematizando, esta questão esteja vinculada ao Missioneirismo, construído desde a década de 1920, porém com ênfase em 1944 quando Santa Lúcia passou a ser denominada de Caibaté, fazendo alusão aos eventos da História das Missões, particularmente ao episódio do assassinato de Sepé Tiarajú, em 07/02/1756 na Guerra Guaranítica. Mas também devemos nos reportar ao significado da nomenclatura (*Caibaté* = mato alto com muitas frutas), guardada no imaginário coletivo e popular dos caibateenses que se reportam o tempo aos padres jesuítas, onde está na boca da população a crença de que a localidade é um mato alto, atribuindo a guarda do local pelos santos mártires, os quais protegem a localidade contra os fenômenos da natureza, como os raios, chuvas fortes e ventanias violentas, bem como, colheitas exitosas, ou seja, a terra teria a proteção dos santos mártires, portanto, abençoada pelos mesmos.

Interessante que nessas narrativas históricas os colonos de Rondinha e/ou Santa Lúcia – nos primórdios da história de Caibaté – são apenas vistos como estrangeiros, por não serem descendentes de brasileiros, não podiam reivindicar a nacionalidade, ou melhor a identidade nacional. Essa construção de certa forma justifica serem escamoteados do direto ao passado.

Caibaté e o Missioneirismo

Mas se os insígnies historiadores não se interessaram em recuperar o passado histórico recente do município e os seus diferentes grupos sociais que o constituíram, particularmente os colonos de descendência imigrante – os quais têm as suas memórias recalçadas – a reconstrução do passado histórico do município busca um conjunto de acontecimentos que remetem a um outro passado que não a do imigrante, a do colono, a do trabalhador braçal, mas de uma época de ouro, um tempo histórico em que as narrativas míticas, lendárias e históricas se misturam e constroem a comunidade imaginada ideal de ser reverenciada, recriada, rememorada – o evento do Caaró de 1628, gerador do missioneirismo, retomado e ressignificado na década de 1920, associado a ação dos primeiros colonos que viviam na Colônia Rondinha.

Pensando na forma como a sociedade caibateense se relaciona com sua história, podemos identificar o elogio a certos grupos sociais em detrimento de outros, é dessa forma que o próprio reconhecimento da sociedade produz uma história que remete sempre às Missões Jesuíticas, como exemplo magno de civilidade, de ligação com os preceitos da civilização cristã ocidental. Nesse sentido, as Missões se transformam num estereótipo em sua positividade, de exemplo a ser seguida, numa comunidade ideal e inventada, a fim de suprir as próprias lacunas do passado. Nessa imagem não há espaço para uma significativa parcela de atores sociais que construíram as Missões, ou seja, os indígenas e muito menos a outros grupos de missionários – que se apropriaram do passado histórico das Missões, os imigrantes.

Nesse ponto são perceptíveis os paradoxos inerentes ao próprio processo histórico, pois se ocorrem narrativas históricas simultâneas, uma que nega o direito ao passado à germanidade ou italianidade enquanto expressões identitárias, já que se recorre ao missioneirismo, enquanto se enaltece o pioneirismo de uma elite de colonos, o que garantiu o progresso da região. Essas narrativas paradoxais são inscritas nos limites da ordem católica, governamental e social, conforme as possibilidades do mito fundador do Martírio dos padres de 1628. Esse mito fundante ordena o mundo missionário e o missioneirismo e de certa

forma, nessa concepção, o sul-rio-grandense, elaborando assim um universo simbólico cristão missioneiro.

Devido a complexidade do debate e para fins de pautarmos este artigo, compartilharemos das análises de Roselene Pommer sobre o missionarismo, enquanto construção identitária, no intento de compreender a formação do mito fundador das Missões a partir do Martírio dos três padres do Caaró e conseqüentemente da organização do próprio santuário, como um lugar da memória e de reprodução e ressignificações do mito fundante. A obra a qual nos referirmos é “Missionarismo: História da Produção de uma Identidade Regional” (Porto Alegre, Martins Livreiro-Editor, 2009, 266 pp), cujos cernes são as construções identitárias na região das Missões do Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1970-1980.⁴ Tomando por base a tese de Roselene Pommer, encontramos uma série de pistas sobre a interpretação das sociedades que se formaram na região das Missões, as quais possibilitaram negociações com o passado histórico missioneiro, o nos permite perceber a “construção de identidades” na região. Assim, por exemplo, os colonos de Rondinha na década de 1920 têm sua identidade negociada com o passado missioneiro a partir de um conjunto de acontecimentos daquele momento, que consagrou o local do martírio de Roque Gonzalez nas proximidades da comunidade. O milagre sacralizou o local, motivou e garantiu a negociação com o passado. Não faltaram os narradores do fato para atestarem que de fato ali era o local dos milagres, interessante que nesse período o governo do Rio Grande do Sul estava empenhado em recuperar os raros vestígios que resistiram ao tempo e a destruição ou depredação do patrimônio cultural missioneiro. As ruínas de São Miguel das Missões passou a ser o atrativo religioso e turístico, quando algumas missas foram rezadas em seu interior em meio a limpeza do sítio histórico.

Enquanto o patrimônio missioneiro estava em processo acelerado de depredação, surgia do caos o sinal de que ali ocorrerá o martírio de Roque Gonzalez e, quando o primeiro milagre se fez: o coração do padre Roque foi encontrado poucos dias da sua morte intacto.

⁴ Entendemos que as construções identitárias missionárias recorrem ao passado das Missões Jesuítico-indígenas em diferentes momentos, em nossa pesquisa estamos perspectivando as décadas de 1920-30, ricas em percepções e narrativas históricas sobre esse passado, seguramente capitaneadas pelos basilares da historiografia sul-rio-grandense como Teschauer, Jaeger, Porto e Bernardi, os quais utilizaram os lugares do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul para ratificar o missionarismo, para além das políticas públicas institucionais empreendidas pelo governo republicano e pela igreja católica.

Poderia haver outro patrimônio que não esse? Ao mapear os vestígios do evento havia algo que garantia a historicidade do mesmo, qual seja, a necessidade de comprovar que de fato ali acontecerá algo que seduzia a comunidade de católicos, “*é um indicativo dos sentidos atribuídos ao passado colonial na região*”. (POMMER, 2009, p. 14).

Assim, gradativamente o missionarismo vai sendo construído, contrário a uma mera adjetivação, mas o seu uso advém de determinadas interpretações do passado regional. Nesse sentido, nas palavras de Pommer:

O produto das negociações, dos reencontros da população com o passado colonial, tem sido uma das marcas mais evidentes da região, expressa na paisagem, na produção artística e nos discursos políticos. Evidentemente, sempre houve esse tipo de apropriação de modelos ideais postos no passado, como se lá eles estivessem prontos e disponíveis para sustentar o presente; porém, nas últimas três décadas do século XX, em função de um contexto diferente, a população local foi estimulada a voltar-se de forma especial para o período colonial da região, o que acabou produzindo um movimento cuja essência pretendeu alterar a composição das identidades locais. (POMMER, 2009, p.15)

Mas é na compreensão de representação que percebemos como ocorrem os processos de apropriações e negociações com o passado, pelos quais os antigos habitantes de Caibaté negociaram com o fato fundante – o martírio dos padres – como sendo este o seu próprio passado. Nesse sentido, Pommer usa o conceito de *representação* de Chartier para explicar estes fenômenos, afirmando que “*é a partir da produção de representações que os indivíduos classificam as coisas de seu mundo, atribuindo-lhes sentido.*” (POMMER, 2009, p.17). No bojo da representação, de como as sociedades se vem e se compreendem no mundo, encontramos as percepções identitárias:

“(…) referenciais de apego, de pertença temporária que às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem de forma abstrata, sem existência real, a partir de diferenças inventadas ou não, as quais necessitam ser moldadas na vivência cotidiana das mais diversas comunidades. Estas, na medida em que dão visibilidade às identidades, estruturam-nas, mantêm-nas e/ou ressignificam-nas através de tradições identitárias.” (POMMER, 2009, p.18)

Desde a década de 1920 ocorre na região das Missões a construção dos referenciais de apego, do sentimento de pertencimento a uma comunidade local, regional, articulada a nacional. A comunidade que estava se formando em Rondinha era oriunda de diferentes experiências de colonizadores de origem imigrante de outros lugares do próprio Rio Grande do Sul – até que ponto o sentimento de pertença a imigração européia ainda transparecia de forma nítida no cotidiano dessas famílias de agricultores? – é uma provocação que se impõe. É, pois em Benedict Anderson, autor de “*Comunidades Imaginadas*”, que Pommer encontra nexos explicativos para o sentimento de pertencimento dos municípios que integram a região das Missões, a fim de moldar uma forma única de comunidade que buscou como exemplo um período de promessa e prosperidade inspirado, ou seja, o modelo das Missões Jesuíticas, experiência civilizatória ocorrida a partir do século XVII e que se aprofundou até meados do século XVIII. O fato fundante – o Martírio – adquire um sentido histórico na origem dessa comunidade imaginada, onde as populações viviam do seu trabalho, da sustentabilidade e da criatividade atribuída aos missionários. As sucessivas crises identitárias dos habitantes da Colônia Rondinha de 1920 vão encontrar respostas eficazes no missionarismo, que se propõe ser a porta voz e oriunda do projeto jesuítico de sociedade, como forma de superar as dificuldades daquele momento. Portanto, o que ocorreu foi a negociação com o passado como forma de responder a questões vividas naquele momento. Para além disso, uma das formas mais importantes e significativas de se criar essa ideia do missionarismo no imaginário coletivo foi através de monumentos representativos e simbólicos que estabelecem o controle da vida coletiva. Assim a localização espacial do fato fundante, a construção do santuário, o movimento da romaria, exercem um papel significativo no reforço do imaginário coletivo e popular missionário através: “*a recriação do passado colonial, atribuindo-lhe novo sentido à manipulação dos seus imaginários*”. (POMMER, 2009, p.21).

Seguindo estas perspectivas, os paradoxos que se lançam são: do ponto de vista socioeconômico os colonos pioneiros de Caibaté são compreendidos como os pilares da produção agrícola, o que garantiu o êxito, a prosperidade e a sustentabilidade da região; do ponto de vista identitário lhes é negado o direito ao passado histórico, circunscrito aos fatos fundantes de narrativas míticas.

Esta valorização de determinados elementos culturais desta sociedade em detrimento de outros deve ser mais bem estudado pelas pesquisas envolvendo esta região, já que não é somente a região de Caibaté que este fenômeno do missionarismo ocorre, ele adquire peculiaridades próprias nos municípios onde se expressa.

A partir da pesquisa de Willers (2003) algumas possibilidades nos desafiaram para além dos significados das nomenclaturas de Caibaté, como a necessidade de dialogar com as construções desse passado, recuperando a “voz do passado” através das fontes orais existentes, que podem nos confirmar ou não a tese de negociação e apropriação do passado missionário em detrimento do passado imigrante colonial.

Os primeiros resultados atribuídos pela “voz do passado”, constata o pioneirismo, o sentimento de gratidão, mas parecem fugir da História e repousam na memória, tanto nas lembranças quanto nos esquecimentos. Nossas pesquisas se remetem as entrevistas orais realizadas entre 2011 e 2013, em diferentes lugares do município de Caibaté, duas com o senhor Vilibaldo Otílio Welter num intervalo de um ano, entre 2012 e 2013, o qual evidenciou que nem a sua própria família deu importância às narrativas familiares, portanto, as lembranças dos primeiros colonos ficaram no esquecimento, porque simplesmente não havia interesse em contar histórias. O Sr Vilibaldo lembra mais as histórias das romarias do Caaró, do que outros acontecimentos. Uma outra entrevistada, a senhora Elisa Estivalet, ministra da Igreja Matriz de Caibaté, também de origem imigrante, pouco lembra de histórias da família, mas possui muitas recordações das histórias da Romaria do Caaró, sua preparação, os festejos, as dificuldades e a liturgia, diferenciando antes e agora. Através da narrativa da Senhora Elisa pode-se perceber a ênfase deliberada ao missionarismo em detrimento de uma história de imigrantes.

A partir do relato dos entrevistados foi possível perceber as representações sociais produzidas no município de Caibaté em relação ao Santuário do Caaró e a Romaria do Caaró⁵, a fim de compreender de que forma esta expressão do patrimônio cultural caibateense foi construída socialmente e utilizada, política e economicamente por setores do município, apropriando-se dessa forma do passado histórico da região como forma de atender determinadas demandas presentes.

⁵ As primeiras expectativas da Romaria do Caaró são de 1928, mas ela só foi oficializada em 1933 pela Igreja Católica, contou com forte apoio da comunidade local de Caibaté.

Este fenômeno religioso rememora o culto aos chamados “Mártires do Caaró”, referindo-se aos jesuítas beatificados, Afonso Rodriguez, Roque González de Santa Cruz e Juan del Castillo. O espaço é associado a história da comunidade, de forma que esta é a referência cultural por excelência na cidade de Caibaté transformando-se em lugar da memória caibateense. O apoio dos diversos grupos sociais lá existentes naquele momento ao projeto religioso da Igreja Católica foi tamanho, que a peregrinação foi tomando proporções cada vez maiores. Um dos estudos que melhor analisaremos no decorrer desta pesquisa se refere nesses termos à construção do Santuário do Caaró:

O Padre Max von Lassberg, tomou a iniciativa, apoiado por um grupo de fiéis de Cerro Largo e Caibaté, Mato Queimado, no ano de 1936, de construir a primeira capela em honra aos Santos Mártires em Caaró, no local do martírio de São Roque Gonzalez e São Afonso Rodrigues. Esta capela contudo foi edificada para a veneração dos então três bem-aventurados mártires. A estrutura desta capelinha era de porta tal a supor nitidamente que se pretendia em outro momento histórico ampliá-la. Demorou-se muito em conseguir este intento. Foi somente em 1992 que conseguimos ampliar esta capelinha e transformá-la em verdadeira Igreja-Santuário. Em sinal de respeito aos fundadores conservamos intacta a fachada da igreja e a estrutura arquitetônica primitiva. Isto pôde ser feito com a generosa ajuda dos católicos alemães. Hoje a Igreja apresenta um ambiente de simplicidade e muita luz para favorecer o clima de oração. (HOFFMANN, 1991, p.19)

De uma maneira geral as romarias e ao Santuário do Caaró possibilitam aos caibateenses encontrar suas referências, oportunizando aos habitantes a interpretação do passado enquanto uma cidade “genuinamente” missioneira. No entanto, o problema que persiste está em reconhecer apenas determinadas representações acerca do passado histórico em detrimento de outros, como acontece com o Imigrantismo, praticamente excluído do universo simbólico dos caibateenses.

Considerações Finais

Procuramos aqui refletir sobre a expressão do missionarismo no caso específico de Caibaté, no noroeste do Rio Grande do Sul bem como suas particularidades. Para isso buscamos tanto na reduzida produção historiográfica quanto na construção das memórias dos

indivíduos daquela região, os elementos constituintes desta categoria identitária que definimos como missionarismo.

Primeiramente buscamos evidenciar o forte apelo que a Romaria do Caaró e todos seus referenciais culturais e imagéticos exercem diante da comunidade em questão, que desde as suas origens foi majoritariamente composta por ascendentes de imigrantes europeus e sua religião predominantemente católica. Mas para entender este aspecto, recorreremos à historiografia para melhor compreender o intenso processo de idas e vindas de indivíduos resultantes do processo migratório que ocorreu no início do século XX nesta região. Evidenciar este aspecto implica reconhecer que estes indivíduos e talvez ainda mais suas famílias que eram imigrantes de 1ª e 2ª geração possuíam uma trajetória de vida marcada intensamente pelas dificuldades impostas pela condição de imigrante, condição esta que em outros casos muitas vezes conduziu a valorização desta memória permeada por estes desafios, o que não aconteceu na sociedade caibateense.

Portanto, me referi a algumas entrevistas orais que nos permitiram evidenciar a construção de uma memória que explica sua história a partir de referências às Missões e não à imigração que tanto marcou não somente a região noroeste do Rio Grande do Sul, mas todo o estado. A ideia de que Caibaté é uma cidade missionária é corrente não somente por parte de seus habitantes e acaba refletindo em todas as esferas sociais, inclusive na política, elemento que podemos evidenciar através do slogan criado para comemorar um de seus aniversários de emancipação: “Caibaté: Coração das Missões”.

Por fim, o que percebemos neste município e a inexistência de um questionamento com relação ao que significa ser missionário e ainda, como já foi mencionado, um recalcamento identitário, pois o imigrante na maioria dos casos nem retorna à lembrança caso não instiguemos os depoentes a se expressar sobre o tema.

Todas estas reflexões nos instigam a continuar investigando este fenômeno social nesta região e buscar respostas para estas questões que continuam em andamento e fazem parte do imaginário social caibateense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: Teoria e Método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Vários tradutores. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- BURKE, Peter (Org). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. IN: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.
- DA COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 2007.
- ESTIVALETE, Elisa. [Depoimento oral]. Julho de 2011. Entrevistador: Mauro Marx Wesz.
- GINZBURG, Carlo. **O nome e o como: troca desigual no mercado historiográfico**. IN: **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GOLIN, Tau. **Identidades: Questões sobre as representações socioculturais no gauchismo**. Passo Fundo: Clio Méritos Editora, 2005.
- _____. **Os missioneiros**. IN: ZARTH, Paulo (Organizador). **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012, p. 58-76.
- GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. – São Paulo: DP&A Editora, 2003.
- HOBSBAWM, Eric J. e RANGER, Terence. (Orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOFFMANN, Irene Maria; TEM CATEN, Sônia de Almeida. **Apostila de Pesquisa sobre a História de Caibaté**. Caibaté, 1991.
- JAEGER, Luís Gonzaga P. **Os Três Mártires rio-grandenses**. Vol I. Porto Alegre: Edição da Livraria Selbach, 1951.
- LANDO, A.M; DACANAL, José H; GONZAGA, Sergius. (Orgs). **Rio Grande do Sul: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. Tradução: Patrícia de Queiroz. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003. p. 7-145.

LUCHESE, A. Terciane (Organizadora). **Horizontes: no diálogo entre culturas e história da educação**. Caxias do Sul: Educus, 2012.

MAUCH, Cláudia. VASCONCELLOS, Naira. (Orgs). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Editora ULBRA, 1994.

MATTOS, H.M. História Social, p.46. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Giralda. **A dimensão cultural da imigração**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 26, n. 77, out. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000300007&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 06 dez. 2011.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.2 volumes.

POMMER, Roselene Moreira Gomes. **Missioneirismo: história da produção de uma identidade regional**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como gênero**. In: **Projeto História 22 (História e Oralidade)**. São Paulo: PUC-Educ, 2001.

QUADROS, Ezeula de Lima. **A defesa do modo de ser guarani: o caso de Caaró e Pirapó, em 1628**. Porto Alegre: Edigal, 2012.

QUEVEDO, Júlio. **Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata**. Bauru: EDUSC, 2000.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

_____. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo**. IN: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SILVA, Marcio Antônio Both Da. **Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)**. Niterói: EDUFF; Guarapuava: UNICENTRO, 2011.

ZARTH, Paulo (Organizador). **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.

_____. **História Agrária do Planalto Gaúcho**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997.

ZUBARAN, Maria Angélica. **Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias**. IN: MAUCH, Cláudia. VASCONCELLOS, Naira. (Orgs). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Editora ULBRA, 1994.

WELTER, Vilibaldo Otilio. [Depoimento oral] Agosto de 2012 e Setembro de 2013. Entrevistador: Mauro Marx Wesz.

WEBER, Regina. **Os operários e a colmeia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil.** Ijuí: Editora Unijuí: 2002.

WILLEMS, Emilio. **A aculturação de alemães no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1940.

WILLERS, Charlei K. **Rondinha, Santa Lúcia, Caibaté – A caminhada de um município.** Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, 2004.